

Extrato do Regulamento Interno

SECÇÃO I

Os alunos

...

Artº 10º

Direitos dos Alunos

- Neste sentido, para além dos direitos conferidos por lei (artº 7º da Lei nº 51/2012, considera-se que aos alunos cabe ainda:
 - Encontrar na escola um clima de convívio, abertura, confiança e apoio que permita a formação e o desenvolvimento integral da sua personalidade;
 - Participar, caso exista Associação de Estudantes, na pessoa do respetivo Presidente ou representante, nas reuniões do Conselho Geral do Agrupamento, sem direito a voto, quando para isso for convidado;
 - Ser tratado com respeito e correção por qualquer elemento da comunidade escolar;
 - Ser ouvido e encontrar junto dos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola recetividade e apoio para a resolução dos seus problemas;
 - Participar nas aulas quando chegar atrasado, mesmo que lhe tenha sido marcada falta;
 - Não ser submetido a mais de um teste de avaliação por dia e/ou apresentação/defesa de trabalhos, no limite de quatro por semana;
 - Ver corrigidos, por escrito, na aula, todos os testes da avaliação, com respostas completas ou por tópicos conforme a situação;
 - Permanecer sempre que possível na mesma sala;
 - Sempre que um aluno revele capacidades excecionais de aprendizagem e um adequado grau de maturidade, poderá progredir mais rapidamente no ensino básico, beneficiando do estipulado na lei;
 - Participar em atividades pedagógicas, culturais e desportivas, cumprindo-se os critérios definidos no Regulamento Interno (artº 142º).
 - Poder ver reconhecido o seu mérito (artº 9º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro) de acordo com o regulamento específico.

Artº 11º

Direito à representação e participação dos alunos

- Os alunos são representados nos termos do artº 8º da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.
- O delegado e subdelegado de turma são eleitos pelos alunos da respetiva turma, por maioria absoluta (cinquenta por cento mais um). Estes poderão ser destituídos do cargo que desempenham sempre que uma maioria de dois terços da turma ou o Diretor de Turma assim o entenderem, desde que a tomada dessa decisão seja bem justificada e fundamentada, ouvido o Conselho de Turma.
- Não podem ser eleitos ou continuar a representar os alunos nos órgãos ou estruturas da escola aqueles a quem seja ou tenha sido aplicada, nos últimos dois anos escolares, medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada, ou tenham sido, nos últimos dois anos escolares, excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos em qualquer ano de escolaridade por excesso grave de faltas, nos termos do presente Estatuto. (ponto 5 Art.º 8).
- São atribuições do delegado e subdelegado:
 - Colaborar com os professores na procura de soluções que permitam melhorar as relações professor/aluno, aluno/aluno e outras se necessário;
 - Colaborar na resolução de qualquer problema que eventualmente possa surgir;
 - Colaborar na organização das atividades de turma;
 - Representar os alunos da respetiva turma, quando solicitado pelo Diretor de Turma ou órgão de gestão.
- O delegado e o subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões da turma com o respetivo Diretor de Turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das atividades letivas;
- O pedido é apresentado ao Diretor de Turma, sendo precedido de reunião dos alunos para determinação das matérias a abordar;
- Por iniciativa dos alunos, o Diretor de Turma pode solicitar a participação de um representante dos Pais e Encarregados de Educação dos alunos da turma nesta reunião;
- A concretização dessas reuniões deverá ocorrer num período máximo de quinze dias, em data a combinar com comum acordo das partes interessadas.
- Um delegado dos alunos da turma participa nas reuniões de Conselho de Turma, exceto quando estas se destinam à avaliação sumativa dos alunos.
- Os alunos têm direito à sua representação no Conselho Geral de Alunos, que obedece a regulamento próprio.

Artº 12º

Prémios de Excelência

- No anexo 2, do Regulamento Interno, estão definidos os critérios para seleção dos alunos para o Quadro de Excelência do Agrupamento.
- O Conselho Pedagógico definirá anualmente os prémios a atribuir aos alunos do Quadro de Excelência.

Artº 13º

Deveres dos Alunos

- O Estatuto do Aluno, no artº 10º, regulamenta os deveres dos alunos, referindo que o Regulamento Interno poderá prever outros que nele não estejam contemplados. Nestes termos, apontam-se ainda os seguintes deveres:

- a) Assumir a responsabilidade dos seus atos, quando intencionalmente provocar estragos, pagando os prejuízos causados à escola ou aos lesados. Para cumprimento da referida indemnização será dado conhecimento ao encarregado de educação ou seu representante legal;
- b) Colaborar no apuramento de responsabilidades em caso de estragos e/ou atitudes lesivas praticadas;
- c) Ser responsável pelo seu material escolar e restantes objetos pessoais, não os deixando desarrumados nem ao abandono em qualquer dependência da escola. A escola não se responsabiliza pelo dano ou extravio do material ou objetos pessoais do aluno;
- d) Entregar qualquer objeto encontrado aos funcionários de serviço;
- e) Aguardar a chegada do professor, de forma disciplinada, no exterior ou interior da sala de aula, mesmo depois do toque de tolerância, só abandonando o local quando tal lhe for comunicado pelo funcionário de serviço;
- f) Entrar ordeiramente na sala de aula, logo que o professor (ou funcionário) dê autorização;
- g) Aguardar a autorização do professor para sair da aula, após o toque de saída, tendo o cuidado de deixar a sala sempre limpa e arrumada;
- h) Durante os intervalos, não permanecer dentro das salas de aula salvo por indicação expressa do professor...(ou indicação do Diretor) (sendo de ter em atenção outras situações como as resultantes da situação de pandemia)
- i) Respeitar a ordem de chegada nas filas de espera do bufete, refeitório, papelaria, etc. No refeitório deve lavar as mãos, comer calmamente, comportar-se adequadamente e colocar o tabuleiro, devidamente arrumado, no balcão adequado; (nota: é necessário respeitar as orientações relativas às questões de segurança resultantes da Covid-19);
- j) Adquirir na papelaria as folhas de teste que são de uso recomendado;
- k) Traz sempre consigo o cartão de estudante e a caderneta que deverá mostrar sempre que lhe for solicitado;
- l) Pedir, em caso de perda da 1ª via do cartão de identificação, uma 2ª via, de substituição, e suportar o custo desta nova aquisição, devendo fazê-lo nos Serviços Administrativos;
- m) Sempre que faltar, apresentar uma justificação ao Diretor de Turma ou professor titular de turma, por escrito, devidamente preenchida e assinada pelo encarregado de educação, no prazo máximo de três dias úteis: (Ver art.º 14.º da Lei nº 51/2012, de 5 de Setembro- faltas e sua natureza)
- n) Para cumprimento da alínea anterior, caso não seja entregue a justificação escrita no prazo estabelecido, o Diretor de Turma ou o professor titular de turma deve comunicar aos pais ou encarregados de educação tal facto no prazo de três dias úteis, pelo meio mais expedito, reforçado através de carta registada;
- o) Traz todo o material indispensável e necessário à realização e participação das atividades escolares, de acordo com indicação de cada disciplina;
- p) Manter o caderno diário organizado e atualizado;
- q) Passar a correção do teste, cuidadosamente, assim como os restantes registos da aula;
- r) Não faltar às aulas interpoladamente, exceto por motivo devidamente justificado, nem dar faltas injustificadas;
- s) Dever de frequentar as aulas de apoio quando propostas pelo Conselho de Turma e com o acordo do respetivo encarregado de educação;
- t) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos (ex. telemóveis), instrumentos ou engenhos (ex. artefactos carnavalescos) passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das aulas, ou poderem causar danos físicos ou morais ao aluno ou a terceiros; o professor poderá retirá-lo(s) ao aluno e entregá-lo(s) ao órgão de gestão que o(s) devolverá, unicamente, ao encarregado de educação, até final do respetivo período; caso haja prevaricação na utilização desta norma, haverá lugar à apreensão do respetivo material ou equipamento até final do ano letivo. O órgão de gestão não se responsabiliza por eventuais danos/roubos que possam ocorrer durante o período de apreensão;
Reforçando, ainda, o espírito da lei relativamente ao transporte de materiais ou equipamentos tecnológicos refere-se que:
- u) O aluno não pode captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada.
- v) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do Diretor da escola;
- w) Não praticar qualquer ato ilícito;
- x) Frequentar as AEC (1º ciclo) sempre que o respetivo encarregado de educação assine a respetiva declaração de aceitação;
- y) Nos Jardins de Infância, as crianças só devem sair acompanhadas pelos pais, encarregados de educação ou por alguém por eles designado;
- z) No recinto escolar, não utilizar bicicletas, veículos motorizados, skates e patins, exceto se houver espaços sinalizados para o efeito;
- aa) Quando jogarem à bola, devem fazê-lo nos locais sinalizados para o efeito. (nota: de momento é proibido trazer bolas para a escola – por razões de segurança da saúde pública)
- bb) Acatar e respeitar as normas de segurança, sobretudo em zonas sensíveis como o reservatório de gás e os laboratórios.
- cc) Não afixar cartazes ou comunicações em qualquer local da escola sem a devida autorização do Diretor.

Artº 14º

Frequência, assiduidade, pontualidade e faltas

1. Os alunos estão sujeitos à frequência da escolaridade obrigatória e aos deveres de assiduidade e pontualidade, conforme o art.º 13 da Lei nº 51/2012. Os alunos sendo menores, conjuntamente cabe aos pais e encarregados de educação a responsabilidade pelo cumprimento daqueles deveres.
2. O art.º 14º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro define o conceito de falta e quando e como se deve proceder ao seu registo.
3. A dispensa das aulas de atividade de educação física ou desporto escolar deve obedecer ao referido no artº 15º da Lei nº 51/2012.

- Quando o aluno participa em atividades escolares, em tempo letivo, compete ao professor responsável pela mesma dar conhecimento atempado da lista de alunos participantes.
- Nos jardins-de-infância, no caso de ausência não justificada superior a 15 dias úteis, esgotados os contactos com os pais e encarregados de educação, através de carta registada com aviso de receção, a inscrição do aluno em falta pode ser anulada, admitindo-se, de acordo com as prioridades estabelecidas para o ingresso no jardim-de-infância, outra criança da lista de inscrições.
- Por incumprimento da alínea o) do art.º 13º deste regulamento, as faltas de material (FM) deverão ser anotadas pelo professor, nos registos oficiais da escola, por aula (bloco ou meio bloco). Atingidas 3 faltas de material na mesma disciplina, como advertência, o Diretor de Turma deve comunicar o facto ao Encarregado de Educação. Havendo reincidência, por cada três faltas seguintes haverá lugar à marcação de uma falta de presença. Para este efeito cada departamento definirá o material necessário em cada área curricular (nota: as faltas de trabalho de casa poderão apenas ser ponderadas na avaliação do aluno).
- Este tipo de faltas repercute-se na avaliação dos alunos às respetivas disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, nos termos dos critérios de avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico.
- A justificação e injustificação de faltas são reguladas pelos art.º 5º 16º e 17º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro.
- As faltas de material deverão ser tidas em conta na ponderação para indicação dos alunos para o quadro de mérito e de excelência.
- O Despacho nº 14460/2008, de 26 de maio – pontos 34 e 35, acrescenta que os alunos inscritos pelos Encarregados de Educação para as Atividades de Enriquecimento Curricular (1º ciclo) ficam sujeitos ao regime de faltas conforme o disposto no art.º 19º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro.

Artº 15º

Excesso de faltas

- De acordo com o artº 18º da Lei 51/2012, o limite de faltas injustificadas não pode exceder 10 dias seguidos ou interpolados no 1º ciclo e o dobro do nº de tempos letivos semanais por disciplina, nos restantes ciclos ou níveis de ensino.
- Em caso de excesso de faltas dos alunos, o Diretor de Turma deverá seguir os procedimentos legais de forma a garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade. Na situação em apreço, deverá contactar o respetivo encarregado de educação e seguir as orientações dadas pela legislação vigente.
- Não se podendo efetivar o descrito no ponto anterior, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade da situação o justifique, a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens deverá ser informada do excesso de faltas do aluno, sempre que a gravidade especial da situação o justifique.
- Sendo marcadas faltas decorrentes da aplicação da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula, estas devem ser injustificadas.

Artº 16º

Efeito de faltas

- Nos termos da legislação em vigor prevê-se que sejam tomadas medidas corretivas com finalidades preventivas, dissuasoras e de integração, adequadas à situação de cada aluno, capazes de promoverem o normal prosseguimento das aprendizagens do aluno.
- Quando o aluno atinja o total de faltas referido no artº 16º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, (justificação de faltas) haverá lugar ao cumprimento de medidas de recuperação e/ou corretivas específicas podendo conduzir, também, à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias.
- O incumprimento reiterado do dever de assiduidade determina a responsabilização dos pais ou encarregados de educação, podendo a escola comunicar o facto à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou ao Ministério Público, quando não for cumprido o ponto 2 do artº 44º.
- Relativamente às AEC, e no caso do limite de faltas injustificadas ser ultrapassado, o facto deverá ser atendido na avaliação final do aluno, não havendo lugar a uma possível retenção.

Artº 17º

Medidas corretivas e disciplinares sancionatórias

- A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no artigo 10.º ou no regulamento interno da escola, de forma reiterada e ou em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.
- Todas as medidas corretivas e disciplinares sancionatórias têm finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
- As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola, nos termos do regulamento interno.

Artº 18º

Qualificação da infração e determinação da medida disciplinar

- Para além do estipulado nos artº 22º, 24º e 25º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, neste Agrupamento de Escolas deve ainda atender-se ao definido nos pontos seguintes.
- As medidas disciplinares devem, sempre que possível, compreender a reparação do dano provocado pelo aluno.
- A violação de algum dos deveres previstos na legislação em vigor e neste Regulamento Interno, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração, passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.
- Qualificação da infração
 - Infração leve;
 - Infração grave;

- c) **Infração muito grave.**
5. **Definição das infrações**
- a) **Infração leve:** quando o aluno não cumpra as regras de conduta que garantam uma relação interpessoal saudável com os outros alunos, perturbe o funcionamento normal das atividades da escola dentro ou fora da sala de aula, perturbe o bom funcionamento do bar, papelaria, cantina e outros espaços da escola ou cometa infrações não definidas como graves ou muito graves.
- b) **Infração grave:** quando o aluno tenha comportamentos que prejudiquem ou perturbem gravemente o normal funcionamento das atividades escolares ou de apoio, nomeadamente:
- b.1. danificação intencional das instalações da escola ou dos bens pertencentes a qualquer elemento da comunidade escolar de que não resulte prejuízo particularmente elevado;
 - b.2. violação dos deveres de respeito e de correção nas relações com os elementos da comunidade escolar;
 - b.3. sair da escola sem autorização;
 - b.4. facilitar a entrada na escola de elementos estranhos;
 - b.5. sair da sala sem autorização do professor;
 - b.6. reincidência na perturbação dos trabalhos dentro da sala de aula;
 - b.7. desrespeito em relação a orientações ou instruções dos professores ou de funcionários;
 - b.8. recusar identificar-se perante um funcionário ou professor;
 - b.9. ocultar, voluntariamente, ou eliminar folhas da caderneta escolar, informações, notas ou recados dados pelo professor aos pais e dos pais aos professores;
 - b.10. prestar falsas declarações em procedimentos disciplinares;
 - b.11. transportar ou detonar “bombas de Carnaval” ou similares;
 - b.12. reincidência em infrações leves.
- c) **Infração muito grave:** quando o aluno tenha comportamentos que prejudiquem ou inviabilizem negativamente a convivência escolar ou o regular funcionamento das atividades escolares ou de apoio, nomeadamente:
- c.1. danificação intencional e premeditada das instalações da escola ou dos bens pertencentes a qualquer elemento da comunidade escolar, perpetrada com violência ou de que resulte prejuízo particularmente elevado;
 - c.2. violação dos deveres de respeito e de correção sobre a forma de injúrias, ameaças, difamação ou de calúnias graves relativamente a qualquer elemento da comunidade escolar;
 - c.3. agressão física sobre qualquer elemento da comunidade escolar;
 - c.4. recusa sistemática e injustificada de participação nas atividades propostas na aula;
 - c.5. uso ou porte de navalhas ou similares para intimidar ou ameaçar qualquer elemento da comunidade escolar;
 - c.6. consumo de álcool e outras drogas;
 - c.7. extorsão ou tentativa de extorsão de dinheiro ou de outros bens de quaisquer elementos da comunidade escolar;
 - c.8. Captar ou difundir imagens e sons sem autorização prévia, conforme o estipulado nas alíneas t) e u) do artº 13º deste Regulamento;
 - c.9. O uso de telemóveis ou similares dentro da sala de aula;
 - c.10. recusar sair da sala de aula por ordem do professor.

Artº 19º
Medidas corretivas

1. As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, nos termos do artigo 24.º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
2. São medidas corretivas:
 - a) A **advertência** que consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno. Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
 - b) A **ordem de saída da sala de aula**, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar. Esta ação é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola. As atividades de ocupação deverão ser cumpridas pelo aluno na sala de estudo ou na biblioteca da escola. O professor terá obrigatoriamente de dar conhecimento da ocorrência ao diretor de turma (ver ponto 3 seguinte);
 - c) A **realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade**, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades (ver ponto 4 seguinte);
 - d) O condicionamento **no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos**, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas (não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano letivo) (ver ponto 6 seguinte);
 - e) A **mudança de turma** (ver ponto 7 seguinte).
3. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em conselho de turma, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias.

4. A aplicação das medidas corretivas previstas na alínea c) (realização de tarefas e atividades de integração), é da competência do diretor do agrupamento que, para o efeito, procede sempre à audição do diretor de turma ou do professor titular da turma a que o aluno pertença, bem como do professor tutor ou da equipa multidisciplinar, caso existam. Deve atender a:
- O cumprimento das medidas corretivas realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar.
 - As atividades de integração na comunidade educativa são executadas em horário não coincidente com as atividades letivas do aluno e por prazo nunca superior a quatro semanas.
 - O local e período de tempo durante o qual devem ocorrer estas atividades são determinados pelo diretor, ouvindo o diretor de turma ou o professor titular de turma;
 - As atividades de integração a realizar pelo aluno passam por:
 - Pequenos arranjos;
 - Limpeza e embelezamento da escola;
 - Jardinagem e tratamento dos espaços verdes;
 - Apoio aos serviços da escola a indicar pelo diretor;
 - Colaborar nas atividades dos projetos da escola;
 - Outras consideradas pertinentes em cada caso específico.
5. Todas as atividades de integração serão supervisionadas.
6. A aplicação e execução da medida corretiva referenciada na alínea d) do ponto 2, é da responsabilidade do diretor do agrupamento que, para o efeito, procede sempre à audição do diretor de turma ou do professor titular da turma a que o aluno pertença, bem como do professor tutor ou da equipa multidisciplinar, caso existam. O cumprimento das medidas corretivas realiza-se sempre sob supervisão da escola, designadamente, através do diretor de turma, do professor tutor e ou da equipa de integração e apoio, quando existam. Caso o aluno não cumpra a medida disciplinar corretiva, o diretor pode ponderar a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias.
7. A decisão de mudança de turma, como medida corretiva a aplicar ao aluno, cabe ao diretor do agrupamento que, para o efeito, ouve o diretor de turma ou do professor titular da turma a que o aluno pertença, bem como do professor tutor ou da equipa multidisciplinar, caso existam.
8. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) referenciadas no ponto 2 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

Artº 20º

Medidas disciplinares sancionatórias

- As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de a configurar ser participada de imediato pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento à direção do agrupamento com conhecimento ao diretor de turma e ao professor tutor ou à equipa de integração e apoios ao aluno, caso existam.
- Por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.
- Os procedimentos e medidas a tomar são os descritos no artº 28º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro.
- De acordo com o ponto 2 do artigo referido no ponto anterior, são medidas disciplinares sancionatórias:
 - A repreensão registada;
 - A suspensão até 3 dias úteis;
 - A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;
 - A transferência de escola;
 - A expulsão da escola.
-

Artº 21º

Cumulação de medidas disciplinares

O artº 29º da Lei 51/2012, de 5 de setembro, define que:

- A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 26.º é cumulável entre si;
- A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória;
- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

Artº 22º

Tramitação do procedimento disciplinar

- A tramitação do procedimento disciplinar obedece ao estipulado na subsecção III, da secção II do Capítulo IV da Lei 51/2012, de 5 de Setembro. (ver Regulamento Interno)

....

Artº 23º

Avaliação dos alunos

- O trabalho e competências desenvolvidos pelos alunos ao longo do ano letivo estão sujeitos a avaliação que resultará na progressão ou retenção do aluno.
- A avaliação dos alunos obedece a critérios gerais e específicos a definir pelo Ministério da Educação e/ou pelo Agrupamento de Escolas, no âmbito da sua autonomia, e de acordo com a lei em vigor.

3. Em anexo ao Regulamento Interno definem-se os critérios gerais de avaliação.

Artº 42º

**Designação dos representantes dos Pais e Encarregados de Educação
para o Conselho Geral**

1. O Presidente do Conselho Geral, nos 30 dias anteriores ao termo do seu mandato, solicita à Associação de Pais e Encarregados de Educação que escolham os seus representantes no Conselho Geral do Agrupamento.
2. Os representantes dos Pais e Encarregados de Educação são indicados em Assembleia-Geral de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento sob proposta das respetivas organizações representativas.
3. Na falta das mesmas, haverá lugar a uma Assembleia Geral de Pais e Encarregados de Educação, composta por elementos de todos os graus de ensino, incluindo a educação pré- escolar, convocada pelo Diretor do Agrupamento de Escolas.

Artº 82º

Conselhos de Turma nos 2º e 3º ciclos

1. O Conselho de Turma é constituído:
 - Pelos professores da turma,
 - Por um aluno delegado da turma, no 3º ciclo,
 - Por um representante dos Pais e Encarregados de Educação da turma.
2.
3. Os representantes dos Pais e Encarregados de Educação são eleitos entre os Pais e Encarregados de Educação da turma, que reunirão, em Assembleia, no princípio de cada ano letivo, convocados pelo respetivo Diretor de Turma, que preside.
4. ...
5. Nas reuniões destinadas à avaliação sumativa dos alunos, o Conselho de Turma reúne apenas com os respetivos professores.
6. Os Conselhos de Turma reúnem, ordinariamente, de acordo com calendário definido pela Direção, sendo que as reuniões deverão ter uma duração máxima de duas horas.
7. O Conselho de Turma reúne extraordinariamente, quando o Diretor ou o Diretor de Turma o convocarem ou ainda a pedido de um terço dos seus membros.

Artº 85º

Competências do Diretor de Turma

Ao Diretor de Turma compete:

1. Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, Pais e Encarregados de Educação
2. Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
3. ...
4. Articular as atividades da turma com os Pais e Encarregados de Educação promovendo a sua participação;

Artº 104º

Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família

1. O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, que funcionará no Escola Professor Carlos Teixeira e na EB de Silvares, prestará um serviço de apoio aos alunos, onde os mesmos serão apoiados e/ou acompanhados na sua formação humana, social e escolar sendo dada particular atenção a problemas emocionais, físicos e sociais (integração; aproveitamento; comportamento).
2. Com diferentes valências, este gabinete funcionará em estreita articulação com os serviços e instituições da comunidade envolvente.
3.
4. O funcionamento deste Gabinete obedecerá a um projeto/plano específico.

SECÇÃO IV

Estruturas de participação dos alunos

Artº 107º

Direitos

1. Os alunos têm direito a participar na vida da escola nos termos da lei e deste regulamento.
2. A participação dos alunos nos órgãos do Agrupamento de Escolas pressupõe o desenvolvimento de uma cultura democrática, de formação cívica e de envolvimento de todos os atores nas grandes linhas orientadoras do Projeto Educativo, desejando-se alcançar uma escola mais atrativa e de maior sucesso.
3. O direito à participação dos alunos na vida da escola concretiza-se, designadamente:
 - a) Na eleição dos respetivos Delegados e Subdelegados de turma;
 - b) Nos Conselhos de Turma, através dos Delegados de Turma;
 - c) Na Assembleia de Delegados;
 - d) Na Assembleia de Representantes de Ano;
 - e) No Conselho Geral de Alunos;
 - f) No Conselho Geral, quando solicitado.
4. Os alunos têm ainda o direito de associação nos termos da lei.

Artº 108º

Delegado e Subdelegado de Turma

1. Em cada turma haverá um delegado e um subdelegado de turma.
2. O delegado e subdelegado de turma serão eleitos nas duas primeiras semanas de atividades letivas de cada ano pelos alunos de cada turma;
3. Possuem capacidade eleitoral todos os alunos da turma;
4. A eleição far-se-á em assembleia de turma presidida pelo respetivo Diretor de Turma a quem compete comunicar o resultado da votação ao Diretor.
5. Compete, genericamente, ao Delegado de Turma:
 - a) Representar a turma nos Conselhos de Turma, exceção feita às reuniões de avaliação;
 - b) Representar a turma na Assembleia de Delegados de Turma;
 - c) Ser o porta-voz da turma perante os órgãos e estruturas da escola, em particular dos Diretores de Turma;
 - d) Colaborar com o diretor de turma, professores e funcionários na criação de um ambiente de turma favorável ao sucesso na aprendizagem dos alunos.
6. Compete genericamente ao Subdelegado de Turma:
 - a) Representar a turma nas reuniões dos Conselhos de Turma, exceção feita às reuniões de avaliação;
 - b) Substituir o Delegado nas suas faltas ou ausências;
 - c) Colaborar com o delegado na criação de um bom ambiente de aprendizagem na turma.
7. Os delegados e subdelegados de turma têm direito de solicitar ao respetivo Diretor de Turma a realização de reuniões de turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma.
8. O pedido referido no ponto anterior deve ser precedido de reunião dos alunos para a determinação das matérias a abordar e a reunião será realizada sem prejuízo das atividades letivas.
9. O mandato dos delegados e subdelegados tem a duração de um ano, podendo cessar a cada momento as suas funções a pedido de dois terços dos alunos da turma ou por iniciativa do Diretor de Turma em razão do incumprimento das suas tarefas.

Artº 109º

Assembleia de Delegados, Assembleia de Representantes de Ano e Conselho Geral de Alunos

1. Os alunos participam na vida da escola através dos seus representantes na Assembleia de Delegados, na Assembleia de Representantes de Ano e no Conselho Geral de Alunos.
2. A Assembleia de Delegados, a Assembleia de Representantes de Ano e Conselho Geral de Alunos têm orientações específicas de funcionamento a serem definidas pelo Diretor, ouvido os respetivos representantes dos alunos.

Artº 110º

Participação dos alunos no Conselho Geral

A participação dos alunos no Conselho Geral acontece quando por solicitação deste órgão.

Artº 111º

O direito de associação dos alunos

1. O direito de associação dos alunos concretiza-se através da Associação de Estudantes.
2. A Associação de Estudantes tem autonomia própria, mas no respeito pela lei, pelo Projeto Educativo e pelas normas de funcionamento do Agrupamento.

Artº 122º

Os recreios

1. Os recreios destinam-se a serem utilizados pela comunidade escolar.
2. A limpeza e vigilância dos recreios são da competência dos assistentes operacionais.
3. Os alunos devem fazer uma correta utilização dos recreios, de forma a garantir a sua conservação e durabilidade.
4. Na EB Prof. Carlos Teixeira não é permitida a permanência dos alunos nos espaços junto às salas de aula durante o período das atividades letivas.
5. Nos recreios, os alunos devem adotar uma postura que não afete o normal funcionamento da escola.
6. Os alunos devem circular com cuidado, moderando as suas brincadeiras, por forma a evitar choques e outros acidentes.
7. No Pré-escolar e 1º ciclo, cada estabelecimento de educação/ensino deverá organizar o acompanhamento e vigilância dos alunos durante o recreio, envolvendo o pessoal docente e não docente, cumprindo-se a legislação em vigor.
8. Da organização referida no ponto anterior deverá ser dado conhecimento ao Diretor, no início das atividades letivas, devendo, a mesma, ser afixada em local visível nos estabelecimentos de educação ou ensino.

Artº 128º

Refeitório da EB Prof. Carlos Teixeira e na EB de Silvares

1. O funcionamento do refeitório será assegurado por cozinheiros ao serviço da empresa concessionária.
2. A cantina confeccionará os produtos alimentares de acordo com as normas de higiene em vigor.
3. Os utentes serão atendidos por ordem de chegada, mediante marcação prévia da refeição, de acordo com as normas em vigor.
4. É obrigatório a utilização do cartão de utente para a aquisição de refeições. Utilizando o cartão, podem ser adquiridas, de uma só vez, refeições por 10 dias.
5. No final da refeição, os utentes devem deixar limpo o seu local de refeição.
6. No final da refeição, os utentes colocarão os tabuleiros no local destinado a esse fim.

7. O controlo e vigilância do refeitório serão assegurados por um assistente operacional com a finalidade de orientar o comportamento dos alunos, por forma a manter bom ambiente social, contribuindo para a aquisição, por parte dos alunos, de hábitos higieno-alimentares corretos e saudáveis.
8. A ementa semanal das refeições será afixada atempadamente na entrada da cantina, na papelaria e na página internet do Agrupamento (GIAE).
9. O horário de funcionamento será afixado pelo Diretor de acordo com as possibilidades e necessidades reais da escola.

Artº 132º

Papelaria

1. O funcionamento da papelaria será assegurado por um assistente operacional designado pelo Diretor.
2. A papelaria possibilitará a aquisição dos materiais escolares, necessários ao funcionamento das aulas.
3. Os utentes serão atendidos por ordem de chegada.
4. O preço dos materiais escolares será afixado em local público e visível junto da papelaria.
5. A aquisição de produtos de papelaria deve ser efetuada com o cartão de utente.
6. O horário de funcionamento, a afixar junto do respetivo serviço, será fixado pelo Diretor de acordo com as possibilidades e necessidades reais da escola.

Artº 133º

Bufete

(EB Prof. Carlos Teixeira e EB de Silvares)

1. O funcionamento do bufete será assegurado por assistentes operacionais designados pelo Diretor.
2. O bufete fornecerá os produtos alimentares de acordo com as normas de higiene em vigor.
3. Os utentes serão atendidos por ordem de chegada.
4. O preço dos produtos será afixado em local público e visível no bufete.
5. É obrigatório a aquisição de produtos com o cartão de utente.
6. Os utentes devem depositar os restos dos alimentos e os papéis no caixote do lixo.
7. Sempre que o número de assistentes operacionais o permitir, funcionará um serviço de bufete na sala de professores.
8. O horário de funcionamento, a afixar junto do respetivo serviço, será fixado pelo Diretor de acordo com as possibilidades e necessidades reais da escola.

Artº 146º

Acesso e circulação nas escolas

1. Nas escolas do 1º ciclo e Jardins de infância fica ao cuidado dos assistentes operacionais o controle da entrada e saída de alunos, pais e encarregados de educação ou outras pessoas devidamente identificadas.
2. Os alunos entram e saem da escola no início e final do turno, pela portaria.
3. Na EB Prof. Carlos Teixeira e EB de Silvares o acesso e circulação ao espaço escolar fica condicionado aos seguintes princípios.
 - a) Têm acesso à escola todos os alunos, pessoal docente e não docente, devidamente identificados, para o efeito deverão ser portadores de cartão utente da escola.
 - b) Os encarregados de educação e todos os elementos que necessitem de se dirigirem a algum serviço da escola devem:
 - Solicitar ao funcionário da portaria a necessária autorização de acesso, mediante a apresentação de um documento identificativo (cujo número será registado pelo funcionário, no sistema informático);
 - Exibir o cartão identificativo do setor onde se dirige, que será fornecido pelo funcionário da portaria;
 - Devolver, à saída, o cartão identificativo da escola;
 - c) As pessoas referidas na alínea anterior ficam impedidas de se dirigirem diretamente às salas onde decorram aulas;
 - d) A saída antecipada dos alunos só é possível quando não tiverem a aula do último tempo do turno e mediante autorização prévia do encarregado de educação e do Diretor.
 - e) Não é permitida a permanência de alunos junto às entradas e saídas da escola.
4. A escola não se responsabiliza por danos causados em veículos estacionados dentro do recinto escolar.

O presente Regulamento Interno foi revisto em reunião do Conselho Geral de 28 de março de 2019.

(Este Regulamento encontra-se disponível na reprografia para fotocopiar ou na página internet do Agrupamento – http://eb23carlosteixeira.net/wp-content/uploads/2019/04/ctx_Reg_Interno_final_v7_marco2019.pdf)